

A música e a ópera pela mão de D. Maria II: os cadernos de Robert Chester Smith¹

SÍLVIA FERREIRA

*IHA/FCSH/NOVA,
silvia.a.ferreira@gmail.com*

RESUMO:

No espólio documental do historiador de arte Robert C. Smith, legado por disposição testamentária à Fundação Calouste Gulbenkian, reconhecem-se sete cadernos A5 com extensas anotações sobre música, óperas reais, paços reais e seus artistas, na cronologia que decorre entre os reinados de D. Maria I (1777-1816) e o de D. Luís I (1861-1889). Tendo como base de trabalho o caderno dedicado à música no reinado de D. Maria II, que revela decretos, portarias e ofícios, propomo-nos abordar esta matéria à luz de uma das mais interessantes marcas do seu reinado: a gestão cultural reportada à música de sua Casa, que teve na reorganização da Orquestra da Real Camara, levada a cabo em 1839, o seu momento emblemático.

PALAVRAS-CHAVE:

Música; D. Maria II; Robert C. Smith; Fundação Calouste Gulbenkian; documentação.

ABSTRACT:

In the collection of documents of the North American art historian Robert C. Smith, bequeathed by testamentary disposition to the Calouste Gulbenkian Foundation, there are seven A5 notebooks with extensive notes on music, royal operas, and its artists, in the chronology that runs between the reigns of D. Maria I (1777-1816) and that of D. Luis I (1861-1889). Based on the notebook dedicated to the music in the reign of D. Maria II, shaped by decrees, ordinances and offices, we propose to approach this matter in the light of one of the more interesting aspects of her reign: the cultural management reported to the music of her House, which took in the reorganization of the Royal Chamber Orchestra, carried out in 1839, its emblematic moment.

KEYWORDS:

Music; D. Maria II; Robert C. Smith; Calouste Gulbenkian Foundation; documents.

OS CADERNOS DO ESPÓLIO ROBERT C. SMITH

À data da sua morte, em agosto de 1975, o historiador de arte norte-americano Robert C. Smith deixa inéditas duas obras de fôlego, que estava a preparar há alguns anos¹ [1]. São elas, um livro sobre a arquitetura e arte da Biblioteca Joanina de Coimbra, que seria publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e outro sobre história do mobiliário europeu, contratado com a Phaidon. Para além destas duas vastas investigações, muitos outros apontamentos e textos indiciam trabalhos em vários estádios de execução. Reconhecem-se na documentação, cartas e notas, que evidenciam contactos estabelecidos, ou a encetar, com pessoas, instituições e editoras com a finalidade de editar determinada obra, que Smith já tinha consolidado em investigação prévia. Desse núcleo fazem ainda parte fichas bibliográficas e de peças, além de notas e pensamentos soltos, que sugerem pistas a investigar pelo historiador. Situamos dentro desta categoria de material a trabalhar, os sete cadernos A5, de capa preta.

Algo intrigantes na sua natureza, nada nos indica nas suas páginas, nem no espólio de Smith, quem transcreveu toda aquela documentação, com que fim o fez e com que critérios precisos optou por registar determinados dados e ignorar outros. Apesar destas interrogações, os cadernos apontam-nos uma direção precisa: o estudo integrado das artes da música, da ópera e do teatro da casa real portuguesa nas cronologias acima mencionadas.



Fig. 1- Capa do caderno “D. Maria II e a música”, Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (A.B.A.F.C.G.), *Espólio Documental Robert C. Smith*, cx. 46 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

Os referidos documentos estão divididos segundo os temas que abordam. Títulos como: “D. Maria II e a música”, “Ópera 1781-1782”, “Ópera D. Olímpia Peres” ou “Óperas reais. Musicos, dançarinos e arquitectos”, são apenas alguns que fazem parte desta série.

A coerência interna desta recolha de documentação referente à atividade da Casa Real, enquanto promotora e reguladora das atividades culturais que lhe estavam adstritas² [2], aponta para a criação de um “corpus”, possivelmente traduzido na primeira etapa de investigação sobre a matéria.

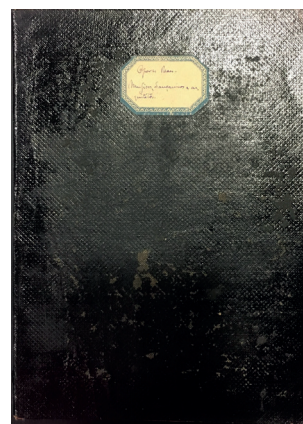


Fig. 2- Capa do caderno “Óperas reais. Musicos, dançarinos e arquitectos”; A.B.A.F.C.G., *Espólio Documental Robert C. Smith*, cx. 46 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

Na ausência de dados mais concretos, pode-se especular sobre a verdadeira finalidade desta recolha intensiva e sistemática de informação sobre ópera, música e teatro, em contexto régio. Comparando com a restante documentação que o espólio disponibiliza, e que se compreende fazer parte de vários projetos de trabalho e de publicação, o presente núcleo parece traçar a fase inicial de um trabalho dessa natureza. Tal como, por exemplo, no estudo da Biblioteca Joanina de Coimbra, Robert Smith começou por reunir os elementos documentais sobre o seu objeto de investigação, requisitando material ao arquivo da universidade, através do seu diretor e arquivistas, contactando sempre as pessoas certas que o poderiam auxiliar, também neste caso, estas anotações podem indiciar um trabalho encomendado. Pela sua natureza sistemática, cuidada, onde o rigor e mesmo a estética são preocupações centrais que transparecem nas transcrições, é um trabalho que se compreende moroso e, que a ser efetuado por funcionário (a) da Torre do Tombo, arquivo que detém esta documentação, só faria sentido ser executado nos tempos livres. A ser uma encomenda a um particular, perceber-se-ia melhor o dispêndio de tempo e rigor que o trabalho revela.

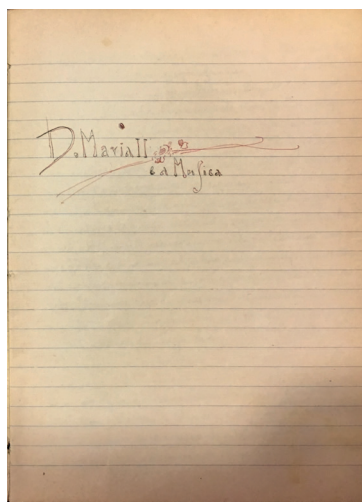


Fig. 3- Folha de rosto do caderno “D. Maria II e a música”, A.B.A.F.C.G., *Espólio Documental Robert C. Smith*, cx. 46 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

O método de sistematização da informação recolhida demonstra a preocupação em documentar, quando possível, os processos, desde o seu início, ou seja, desde o momento em que o monarca assinalava com força de lei as disposições que regulariam as referidas atividades artísticas.

Assim, compreende-se que, por exemplo, quando se registam os pagamentos aos músicos da Orquestra da Real Câmara, no ano de 1839, se transcreva o Decreto régio que lhes deu fundamento, datado de 19 de maio desse mesmo ano³.

A RAINHA E A MÚSICA DA SUA CASA

O reinado de D. Maria II e, mais circunstanciadamente, a figura da própria soberana têm recebido da historiografia abordagens diversas, centrando-se, contudo, maioritariamente nas atribulações do seu percurso pessoal e institucional, até chegar ao efetivo comando do reino e nos anos conturbados que se lhe seguiram, com todas as convulsões que o marcaram. As questões políticas em torno da consolidação do seu reinado e os constantes e múltiplos jogos de poder dirimidos na corte, com enfoque para a tenacidade da rainha em conseguir ser a soberana que se preparava desde os 7 anos de idade, são temas recorrentes [3],[4]. Nesta visão enquadra-se a abordagem da historiadora Fátima Bonifácio, que ao debruçar-se sobre o reinado de D. Maria II, se apoia fortemente na documentação legal e na bibliografia coeva e, genericamente, naquela do século XIX, como na obra de Pinheiro Chagas, “História de Portugal Popular e Ilustrada”, 1903-1906, ou ainda nas memórias dos marqueses do Lavradio e de Fronteira, bem assim como em notícias retiradas de jornais de época, como “A Restauração”, “A União”, “O Diário do Povo” ou “O Nacional”. Intensa expressão têm as cartas trocadas com a então princesa e depois rainha Vitória, que fornecem o entorno da vida diária de uma jovem mulher e mãe, que tenta desesperadamente articular essas facetas com as de governante de um país em constante ebulição política.

Abordagem recente sobre a infância e a juventude de D. Maria da Glória é-nos oferecida pela historiadora Cláudia Thomé Witte,

que documenta o seu entorno familiar e educação, desde o nascimento da princesa no Brasil até à sua partida para a Europa para continuar a educação que a respaldaria como rainha de Portugal. Este estudo de Cláudia Witte lança uma nova luz sobre o caráter de D. Maria da Glória e as condições que lhe permitiram dirigir os destinos do país, numa época de implementação dos valores de consolidação dos direitos humanos, do papel da ciência e da cultura na sociedade e da responsabilização dos monarcas na prossecução dessas medidas [5]. Os contributos apontados traçam um eficaz e apurado retrato da rainha nas várias vertentes da sua vida. No entanto, relativamente ao tema sobre o qual se debruça o caderno do espólio Robert Smith: a música e a ópera no reinado desta soberana, pouca informação reconhecemos disponível. Cláudia Witte, no seu recente livro, aflora a questão, ao referir-se mais particularmente aos dons musicais de D. Pedro IV [5] e aos mestres de música da então princesa Maria da Glória [5]. Outro contributo também importante deve-se a Rui de Luna que escreveu sobre os professores de música dos príncipes e os critérios pedagógicos da casa real [2].

As referências à educação musical da rainha e à sua ação enquanto soberana, no desenvolvimento dessa arte, surgem, por vezes, em fontes díspares e em estudos dedicados a figuras destacadas da sociedade de então, como é o caso do músico João Domingos Bomtempo, que seria seu professor de piano e do célebre Joaquim Pedro Quintela Farrobo, que ficaria conhecido na História como o “Conde de Farrobo” [6]. Quanto ao primeiro, a sua ação, enquanto músico próximo da rainha, permitiu-lhe entusiasmar a soberana para a aprovação da criação, a 5 de maio de 1835, do Conservatório de Música, anexo à Casa Pia, do qual seria seu primeiro diretor. Por falta de condições de funcionamento, estas instalações seriam abandonadas, e em 1836, por portaria régia, foi criado o Conservatório Geral de Arte Dramática, no qual a secção de música continuava sob a direção de Bomtempo [7]. Quanto a Farrobo, também ele próximo da rainha, coube-lhe a vice-presidência do Real Conservatório Nacional e a programação do mesmo, tarefa que levou

a cabo com empenho e com visão esclarecida, como testemunha a documentação subsistente. Aliás, as festas em sua casa, onde a música, a ópera e o teatro foram celebrizadas pelos seus contemporâneos e, especialmente, por Pinto de Carvalho (aka Tinop), contaram várias vezes com a presença real de D. Maria II e de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota [8].

O MANUSCRITO “D. MARIA II E A MÚSICA”

A documentação transcrita no caderno “D. Maria II e a música” baseia-se, segundo, o(a) autor(a) do manuscrito, em um fundo preciso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que denomina “Arquivo da Casa da Superintendência”. Atualmente, nesta instituição, tal nomenclatura não existe para a documentação produzida no reinado de D. Maria II. O fundo mais aproximado é o da “Casa Real, mordomia-mor”. Em função do estado ainda incipiente de tratamento arquivístico deste fundo, pela instituição sua tuteladora, a localização exata do livro, onde foram resgatadas as informações constantes do referido caderno, foi até agora impossível. O mais perto que chegámos foi ao “Livro 16 de Decretos de D. Maria II”, no qual se localizou o Decreto de 16 de maio de 1839, referente à reorganização da Orquestra Real de Câmara e à caixa 123, maço 33 do mesmo fundo, o qual contém uma pasta intitulada: “papeis relativos á musica da Real Camara” e que, em parte, sustentam as transcrições do caderno do espólio Smith dedicado à música no reinado da “Educadora”⁴.

Segundo o autor do manuscrito, o livro por si consultado revelava as seguintes características: “É um livro encadernado em percalina verde, lombadas e ponteiras de carneira em decoração a fogo não douradas. Na lombada, um papel, tendo manuscriptas entre duas silvas de louro e carvalho, o titulo: Livro 1.º[Registo|de|Merces|1837|1840]”⁵. Na folha de rosto, a informação é mais extensa e refere-se que é um livro de “Registo de Mercez| - e Penções -|”.

O que regista então o caderno dedicado à música no reinado de D. Maria II? Como acima referimos, a fundamentação legal das ações da rainha é peça essencial na narrativa

do caderno. Assim, este abre com a referência e transcrição do Decreto régio que determina a reforma da Orquestra Real de Câmara, que se inicia com as palavras de abertura da rainha: “Havendo mostrado a experiência, que pelo modo como se acha organizada a Orchestra da Minha Real Camara, não pode esta satisfazer ás exigencias da Arte, e assim evitar que o seu serviço seja como tem sido deficiente o que se não compadece com as conveniencias do Meu Real serviço...”⁶. Constando de oito artigos, o Decreto estipula, essencialmente, ordenados e formas de movimentação na carreira, introduzindo, igualmente, a possibilidade de pagamento por inteiro e vitalícia, a qualquer músico que sofresse acidente ao serviço da Orquestra.

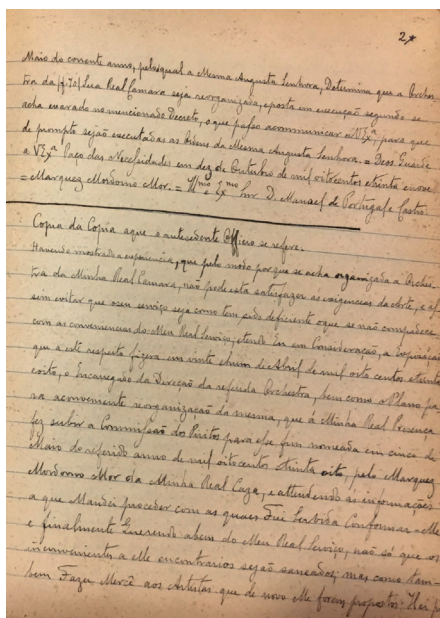


Fig. 4 – Transcrição parcial do Decreto de D. Maria II de 18 de maio de 1839, caderno “D. Maria II e a música”, A.B.A. F.C.G.; Espólio Documental Robert C. Smith, cx. 46, p. 2 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

De seguida, elenca todos os músicos pertencentes à mesma e os seus vencimentos anuais. No entanto, os registos mais relevantes para nós são aqueles que transcrevem nome a nome dos artistas, os alvarás e mercês individuais concedidos pela rainha. Alguns dos mais significativos são aqueles em que vários músicos solicitam à rainha a posse legal de um título que demonstrasse a sua efetiva pertença ao seu ser-

viço. Casos, por exemplo, dos músicos, Joaquim Inácio Canongia, José Avelino Canongia [9], António Maria Gonçalves, José Miguel, Eduardo Neuparth e José Maria Lefort, que serão agraciados pela soberana com carta de título.

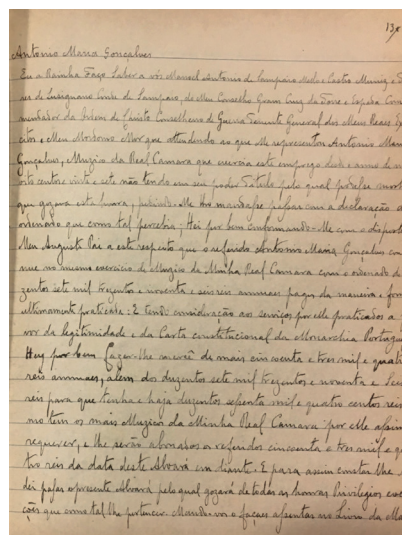


Fig. 5- Transcrição do Alvará de D. Maria II concedendo a António Maria Gonçalves, o título de Músico da Real Câmara, caderno “D. Maria II e a música”, A.B.A. F.C.G.; Espólio Documental Robert C. Smith, cx. 46, p. 13 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

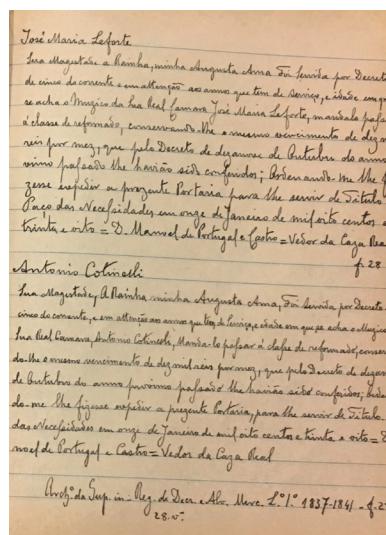


Fig. 6 - Transcrição da Portaria de D. Manuel Portugal e Castro, fazendo cumprir o Decreto de D. Maria II, mandando passar à classe de reformados, José Maria Lefort e António Cotinelli, músicos da Orquestra da Real Câmara, caderno “D. Maria II e a música”, A.B.A. F.C.G.; Espólio Documental Robert C. Smith, cx. 46, p. 31 (fot. autora © Fundação Calouste Gulbenkian).

A distinção da concessão de uma benesse configurada na atribuição de um ordenado superior a outros músicos, concede a rainha a António Maria Gonçalves, na quantia de mais 53.004 reis anuais, em “consideração aos serviços por elle praticados a favor da Legitimidade e da Carta Constitucional da Monarchia Portugueza”⁷⁷. Como este caso, surgem ao longo do caderno outros semelhantes em que a rainha agracia músicos por serviços excepcionais prestados à sua causa.

Singular é também a mercê que a rainha concede aos músicos, estipulando que na sua reforma receberão por inteiro, anualmente e com caracter vitalício, os ordenados que auferiam na Orquestra.

CONCLUSÃO

Os cadernos manuscritos constantes do espólio documental de Robert C. Smith, especialmente aquele dedicado à música no reinado de D. Maria II, alvo do presente texto, evidenciam o interesse e, possivelmente, a vontade de o historiador norte-americano em dedicar um estudo à temática e época em questão, à semelhança de outros apontamentos e intenções de estudo constantes do seu espólio.

No caderno que escolhemos abordar, impõe-se como evidência o cuidado posto pela rainha na gestão da música de sua Casa, como fator essencial de afirmação de uma corte moderna, esclarecida, compaginada com as demais de vanguarda europeia (não esquecer que a sua mãe, D. Maria Leopoldina, era austríaca). Tal postura da rainha revela-se na contratação de artistas e no estabelecimento com força legal das regras de progressão na carreira, na gestão dos seus salários, bem assim como nas graças e mercês que lhes atribuiu ao longo e, para além, dos seus contratos de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Casa Real, mordomia-mor, cx. 123, mç. 33.

Idem, Livro 16.

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Espólio documental Robert C. Smith, cx. 46, caderno “D. Maria II e a música”.

Idem, “Ópera 1781-1782”.

Idem, “Ópera D. Olímpia Peres”.

Idem, “Óperas reais. Musicos, dançarinos e arquitectos”.

ESTUDOS

[1] SALA, Dalton (coord.) - *Robert C. Smith. A investigação em história da arte*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 114.

[2] LUNA, Rui Castilho de - “Os professores de música dos príncipes, os paços do real ensino da música e os reais métodos pedagógicos”. MONGE, Maria de Jesus (coord.) - *A Educação dos Príncipes nas Coleções do Museu Biblioteca da Casa de Bragança*. Vila Viçosa, Fundação Casa de Bragança e Museu-Biblioteca, 2017, p. 41.

[3] BONIFÁCIO, Fátima - *D. Maria II*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

[4] BOLÉO, Luísa Paiva - *D. Maria II. A rainha insubmissa*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.

[5] WITTE, Cláudia Thomé - *Maria da Glória, uma princesa brasileira no trono de Portugal*. Vila Viçosa, Fundação Casa de Bragança, 2019, pp. 30, 31, 64, 79, 102, 118 e 145.

[6] SILVESTRE, Susana Marta Delgado Pinheiro - *O Conde do Farrobo. A ação e o mecenato no século XIX*. Lisboa, FCSH/NOVA. 2012. 2 Vols. (tese de doutoramento), 67, 68-72.

[7] D’ALVARENGA, João Pedro - *João Domingos Bomtempo*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 1993, 16, 18 e 23.

[8] LOPES, Maria Antónia - *D. Fernando II. Um rei avesso à política*. Maia, Círculo de Leitores e Autora, 2013, p. 206.

[9] CARVALHO, Luís Filipe Leal de - *José Avelino Canongia (1784-1842): virtuoso e compositor*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006 (tese de mestrado), pp. 3-29.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4,5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

² No seu espólio reconhecem-se manuscritos e páginas datilografadas que compõem as duas obras. A edição crítica da obra inédita sobre a Biblioteca Joanina está a ser por nós equacionada em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian e a Imprensa da Universidade de Coimbra.

³ Segundo Rui de Luna, a casa real portuguesa detinha e geria as seguintes valências relativas à música: “Orquestra da Real Câmara, Corpo de Baile, Director dos Reais Teatros, Poeta e Dramaturgo Real...encenadores, afinadores, copistas de música...Mestres de música e professores dos Infantes, Organistas da Real Capela, compositores e instrumen-

tistas solistas (...)”. Agradecemos a Rui de Luna a generosidade na partilha de informações sobre o tema da música no reinado de D. Maria II, tema do seu mais recente estudo, a editar brevemente pela Fundação da Casa de Bragança.

⁴ Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (A.B.A.F.C.G.), Espólio Documental Robert C. Smith, cx. 46, caderno “D. Maria II e a música”, pp. 1-5.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Casa Real, Mordomia-mor, L.º 16, fls. 15v.º-18. A Orquestra Real de Câmara será novamente reorganizada em 1 de julho de 1948, nomeadamente no que respeitava aos salários dos músicos. Idem, fls. 135v.º-137.

⁶ A.B.A.F.C.G., Espólio Documental de Robert C. Smith, cx. 46, caderno “D. Maria II e a música”, p. 34.

⁷ Idem, p. 2.

⁸ Idem, p. 13.